

**HABEAS CORPUS Nº 523.244 - TO (2019/0216156-2)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE : JAVIER ALVES JAPIASSÚ**  
**ADVOGADO : JAVIER ALVES JAPIASSÚ - TO000905**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PACIENTE : DEIVID DA SILVA MARQUES**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **DEIVID DA SILVA MARQUES**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Constas dos autos que o paciente foi preso, preventivamente, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, alega a defesa, em suma, a ausência de fundamentação idônea no decreto de prisão preventiva do paciente.

Aduz que "A suposta 'confissão de mercancia' colhida, em sede de prisão em flagrante da presa em flagrante LAUDIVANIA SOUSA MOITA levou a Juíza ad quo a decretar a prisão preventiva do paciente sem qualquer amparo legal." (e-STJ, fl. 34)

Assevera que "considerando a ausência de qualquer situação de mercancia, bem como a pequena quantidade de drogas apreendida, forçosamente, nesse momento, se concluir que o paciente é, no máximo, usuário de droga." (e-STJ, fl. 41)

Por fim, aponta a ausência dos requisitos autorizadores da constrição cautelar.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva do paciente.

Liminar indeferida (e-STJ, fls. 125-126).

Foram prestadas informações (e-STJ, fls. 132-142).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ, fls. 144-151).

**É o relatório.**

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Sob tal contexto, passo ao exame das alegações trazidas pela defesa, a fim de verificar a ocorrência de manifesta ilegalidade que autorize a concessão da ordem, de ofício.

O Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva do paciente sob os seguintes fundamentos:

"A prisão cautelar constitui situação excepcional, diante do princípio da não culpabilidade, erigido em norma constitucional, e do direito subjetivo à liberdade de que todo cidadão dispõe, justificando-se apenas nas hipóteses enquadradas na previsão do artigo 312 do pergaminho processual penal, ou seja, quando houver prova de

existência do crime e indício suficiente de autoria, mas, além disso, há de haver a necessidade de se preservar a ordem pública, garantir a instrução criminal ou a aplicação da lei.

Analizando os pressupostos autorizadores da prisão preventiva, verifica-se que a materialidade do fato e os indícios da autoria delitiva atribuída aos representados encontram-se suficientemente demonstrados nesta fase, mormente pelos elementos colhidos nos presentes autos, que sustentam a denúncia ofertada pelo Ministério Público nos autos n.º 0003356-04.2018.827.2731.

Presente, pois, o *fumus comissi delicti*.

Noutro giro, imputa-se aos representados a prática de crimes dolosos (tráfico de drogas e associação para o tráfico), punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos, satisfazendo a exigência prevista no artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal, motivo pelo qual, preenchidos os pressupostos autorizadores da constrição cautelar, passa-se à análise dos requisitos estabelecidos no artigo 312 do mesmo Código.

Conforme é cediço, a prisão cautelar do agente só deve ser decretada quando for absolutamente oportuna e necessária, como, por exemplo, com o fito de cessar uma agressão mais séria à ordem pública. Deve, portanto, o édito prisional estar cercado de elementos sólidos e aptos a evidenciar a sua periculosidade ou da possibilidade de que, em liberdade, continue a praticar crimes, ou, ainda, traga insegurança à sociedade.

O *periculum libertatis*, de seu turno, é deveras evidente, consubstanciado pela necessidade de salvaguardar a ordem pública, devendo a segregação dos representados ser decretada com o escopo de acautelar o meio social desta comarca, visto que delitos dessa natureza estão cada vez mais frequentes e necessitam de uma ação mais enérgica por parte das autoridades responsáveis, pois, **consoante se infere, integra associação criminosa especializada no tráfico ilícito de substância entorpecente de altíssima potencialidade lesiva (cocaína), sendo que, pelo que já fora apurado, DEIVID é supostamente responsável pelo abastecimento de outros microtraficantes atuantes da cidade de Pugmil/TO, in casu, o representado DABLEUFAN e sua companheira.**

[...]

Ao que consta, os representados estão diretamente inseridos na criminalidade, atuando de forma organizada, com divisão de tarefas e de forma hierárquica, sendo, ainda, significativa a existência de elevado número de integrantes desta associação criminosa, sendo identificados, até então, três integrantes, confirmando a conclusão de grave risco à sociedade, um deles já preso.

E mais, a necessidade da prisão se fundamenta também na gravidade concreta do delito, não só pela numerosidade de agentes envolvidos no comércio proscrito, mas, sobretudo porque, **segundo elementos colhidos no bojo do presente inquérito policial, por diversas ocasiões o representado DEIVID se deslocou na companhia do primo até à Praça Cabo Luzimar, nesta urbe, para supostamente entregar a substância entorpecente ao casal DABLEUFAN e LEIDIVÂNIA, o que, sem dúvidas, deixa bastante patenteada a reiteração delitiva, bem como reforça a necessidade de estancar a prática delituosa.**

Não bastasse, o representado DABLEUFAN trata-se, ao que apreço, de agente reincidente, pois está definitivamente condenado por este Juízo pela prática do crime de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo - Execução Penal n.º 0001753-32.2014.827.2731 -, inclusive, encontra-se cumprindo a reprimenda no regime aberto, substituída por penas restritivas de direitos, o que significa que a primeira reprimenda imposta não foi suficiente para tangê-lo ao caminho da ressocialização.

De outro lado, é de se considerar o fato concreto público e notório (que dispensa prova) de que o tráfico de entorpecentes é portal e gênese da prática de outros crimes violentos, como é o caso do roubo, latrocínio e homicídio que vêm sacrificando a vida e a integridade física de muitos brasileiros, e que, frise-se, também se tornou uma realidade nesta pequena e pacata comarca de Paraíso do Tocantins, pois, nos últimos anos, alguns homicídios, ao que tudo indica, ocorreram por conta da nefasta 'guerra do tráfico'.

Nesse desdobramento lógico, tem-se que o direito à liberdade individual do cidadão - representado pelo princípio de que não pode ser declarado culpado antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória - não pode se sobrepor à paz social, às garantias da coletividade e à sua segurança, restando, na hipótese dos autos, demonstrada a necessidade da prisão da representada.

De se ver, portanto, que as circunstâncias amplamente destacadas demonstram, sem dúvidas, a gravidade concreta da conduta, porquanto extrapolam a mera descrição dos elementos próprios do tipo penal, consistente na natureza da droga comercializada pelo grupo criminoso e a patente reiteração delituosa.

[...]

Por fim, a reiteração criminosa evidencia não apenas a periculosidade dos representados, mas a ineficácia de outra medida menos severa que a prisão cautelar, sendo a prisão preventiva extremamente necessária para cessar ou, ao menos, mitigar as atividades delitivas da referida associação criminosa.

Ante o exposto, com base na fundamentação supra, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de DABLEUFAN FERREIRA DA SILVA e DEIVID DA SILVA MARQUES, qualificados nos autos, com fundamento na garantia da ordem pública." (e-STJ, fls. 120-122)

O Tribunal de origem manteve a prisão preventiva do paciente em acórdão assim ementado:

"EMENTA: HABEAS CORPUS. CRIME DO ARTIGO 33 CAPUT, E ARTIGO 35 AMBOS DA LEI 11.343/05. INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA E MATERIALIDADE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS PREENCHIDOS. ERGÁSTULO MANTIDO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1 – Não vislumbro que se acha evidenciado que o paciente esteja sofrendo qualquer tipo de constrangimento ilegal, passível de ser sanado pela via eleita.

2 – Há que se observar que o art. 312 do CPP estabelece que havendo prova da existência do crime e indício suficiente de autoria,

poderá ser decretada a prisão preventiva como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3 – É pacífico na Jurisprudência de nossos Tribunais, inclusive desta Corte, o entendimento de que as condições pessoais de primariedade, bons antecedentes, emprego definido e residência fixa, isoladamente, não acarretam constrangimento ilegal aos pacientes nem constituem afronta a princípios constitucionais insculpidos no artigo 5º da Carta Magna em vigor, tampouco, obstam a custódia cautelar, ainda mais quando a preservação da prisão preventiva se recomenda, como no caso em apreço, posto que persistem os motivos autorizadores da medida excepcional.

4 – No que tange à substituição da custódia preventiva por outra medida cautelar diversa, a impossibilidade de aplicação resta devidamente justificada eis que diante da presença dos requisitos para a segregação, como ficou consignado acima, fica claro que tais medidas se mostram inadequadas e insuficientes.

5 - Decisão mantida. Ordem denegada. Decisão unânime." (e-STJ, fls. 118-119)

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, segundo se infere, a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, tendo em vista a existência de sérios indícios de que o paciente "integra associação criminosa especializada no tráfico ilícito de substância entorpecente de altíssima potencialidade lesiva (cocaína), sendo que, pelo que já fora apurado, DEIVID é supostamente responsável pelo abastecimento de outros microtraficantes atuantes da cidade de Pugmil/TO" (e-STJ, fl. 120), estando justificada a adoção da medida extrema com o objetivo de fazer cessar a atividade criminosa desenvolvida pela referida organização.

Saliente-se que esta Corte acompanha entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Precedentes: HC 110.902, PRIMEIRA TURMA, de que fui Relator, DJe de 03.05.13; HC 118.228, SEGUNDA TURMA, Relator o Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, DJ de 19.11.13; HC117.746, PRIMEIRA TURMA, de que fui Relator, DJ de 21.10.13; RHC 116.946, PRIMEIRA TURMA, Relator o Ministro DIAS TOFFOLI, DJ de 04.10.13" (RHC 122182, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E CORRUPÇÃO DE MENORES. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. ENVOLVIMENTO COM ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PERICULOSIDADE DO

AGENTE. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

[...]

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, a segregação cautelar do recorrente encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte sobre o tema, uma vez que devidamente fundamentada em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a necessidade de garantia da ordem pública.

IV - Destaque-se, nesse sentido, a gravidade concreta do delito supostamente perpetrado, que envolveria montante substancial de material entorpecente, cuja quantidade exata não foi informada (embora conste do APFD que a droga comprada pelo recorrente chegou a alcançar o montante de 4,5 kg de maconha), bem como a periculosidade do agente, patenteada pelos elementos de prova a indicar a sua participação em associação criminosa mais ampla voltada para o tráfico de entorpecentes ('ganguê do morro São Francisco').

V - O col. Pretório Excelso, assim como esta Corte, possuem entendimento segundo o qual "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Cármen Lúcia, DJe de 20/2/2009).

VI - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Recurso ordinário conhecido em parte e, nesta extensão, desprovido."

(RHC 82.344/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 31/05/2017)

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. REVISÃO DE REGIME PRISIONAL E APLICAÇÃO DE DETRAÇÃO PENAL. APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO. MANIFESTAÇÃO PREMATURA. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE APELO CRIMINAL. NÃO IDENTIFICADO. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADO.

[...]

2. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada em associação criminosa, com diversos integrantes, posições definidas, ligação com organização criminosa

# *Superior Tribunal de Justiça*

denominada PCC, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

3. A aferição da razoabilidade da duração do processo não se efetiva de forma meramente aritmética. Na espécie, o andamento do recurso de apelação criminal encontra-se compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia.

4. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa extensão, denegado." (HC 389.003/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator